

O TRABALHO RURAL MIGRANTE NO AGRONEGÓCIO CITRÍCOLA E CANAVIEIRO: UM OLHAR A PARTIR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Giovana Gonçalves PEREIRA²
Rosemeire SALATA³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central discutir as dinâmicas recentes do trabalho rural migrante vinculado aos complexos citrícola e canavieiro. O universo empírico de nossa análise são municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, tendo em vista que os espaços rurais e urbanos desta região têm sua dinâmica social, econômica e populacional intimamente vinculada aos processos migratórios e às cadeias produtivas do assim chamado agronegócio. Sinalizamos para a coexistência, na região, de diferentes fluxos e modalidades migratórias, bem como para uma configuração espacial semelhante nos municípios pesquisados, através da formação de “periferias migrantes”. Apontamos também para uma sensível formalização, na última década, dos vínculos no mercado de trabalho citrícola e canavieiro, analisando este cenário também a partir da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, e dos significados atribuídos por eles a este processo.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais Migrantes. Migração Interna. Região Administrativa Central.

Introdução

O objetivo deste trabalho é tratar sobre as dinâmicas recentes do trabalho rural migrante nos setores citrícola e canavieiro na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo. Esta região destaca-se por receber consideráveis fluxos migratórios relacionados à busca de trabalho nas cadeias agrícolas globais que se fortaleceram desde meados da década 1970.

Nossas considerações serão realizadas a partir de pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2012 e 2016 em quatro municípios paulistas – São Carlos, Matão, Dobrada⁴ e

¹ O presente artigo contém parte das reflexões das autoras desenvolvidas no âmbito da Dissertação de Mestrado *Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais em Matão/SP* (PEREIRA, 2015) e da Tese de Doutorado *Deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia: trajetórias de mobilidade em Santa Lúcia/SP* (SALATA, 2017a).

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP – Brasil. Bolsista FAPESP, CAPES, CNPq. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia. giovana.ggp@gmail.com.

³ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. rosemeire.salata@gmail.com.

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

Santa Lúcia – que, apesar de possuírem inserções específicas na economia regional, têm suas dinâmicas populacionais vinculadas às migrações para o trabalho rural nas cadeias produtivas da cana e da laranja. Também nos baseamos na análise descritiva dos vínculos do mercado de trabalho formal regional do agronegócio da citricultura e da cana de açúcar através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁵.

Ressaltaremos ainda, no decorrer do artigo, que o processo de desenvolvimento e crescimento da RA Central esteve historicamente ligado à dinâmica dos espaços rurais e às agriculturas voltadas à exportação que, por sua vez, utilizaram-se da força de trabalho migrante para sua consolidação⁶. As formas de organização e gestão do trabalho no interior das áreas produtoras agrícolas foram realizadas de diferentes modos. As primeiras experiências de organização do trabalho livre foram o colonato e a parceria no interior das fazendas cafeeiras paulistas (STOLCKE, 1986) que empregaram, majoritariamente, imigrantes italianos.

Já a partir da década de 1950, a cultura cafeeira cedeu lugar ao cultivo de cana de açúcar na região, que passou a empregar, de maneira progressiva, o trabalho migrante sob a forma assalariada⁷. Ainda em meados da década de 1970, ocorreu uma nova expansão da produção canavieira, e o cultivo de cana ganhou importância ainda maior. No mesmo período, com a consolidação do processo de modernização da agricultura, a região despontou como principal produtora de laranja do Estado, concentrando, inclusive, o processamento e a produção de suco de laranja.

No bojo dessa modernização pela qual passou o campo brasileiro a partir dos anos 1960, trabalhadores migrantes de diversas partes do país dirigiram-se para o trabalho na atividade canavieira e citrícola predominantes no campo paulista. Ao longo das últimas décadas, apesar das inovações tecnológicas e das mudanças no mercado de trabalho rural, que serão apresentadas ao longo deste trabalho, a força de trabalho migrante continuou a ser empregada nestas produções agrícolas, especialmente na fase da colheita.

⁴ Pesquisas de campo realizadas em parceria com a pesquisadora Lidiane Maria Maciel, no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo. Também foram realizadas, em parceria com esta mesma pesquisadora, pesquisas de campo em municípios e comunidades rurais do Estado do Piauí.

⁵ Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

⁶ Singer (1980), Balán (1974), Oliveira (1981), Durham (1984), Bassanezi (1995), Silva (1999), Truzi (2000), Mello (1976), Póvoa-Neto e Ferreira (2005), Menezes (2010), Baeninger (2012), dentre outros. Não apenas no Brasil existe este vínculo entre produções agrícolas voltadas à exportação e o emprego de trabalhadores migrantes. Para um panorama latino-americano desta discussão, conferir *Asalariados rurales en América Latina* (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

⁷ Um longo processo envolvendo aspectos econômicos, sociais e políticos contribuiu para a passagem do colonato ao emprego de trabalhadores assalariados nas culturas de exportação no estado de São Paulo. Conferir, dentre outros, Graziano da Silva (1980), Silva (1999) e Stolcke (1986).

Assim, a partir de nossos achados de pesquisa, apresentaremos nesse contexto algumas modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) hoje relacionadas ao trabalho rural. De acordo com Baeninger (2012, p.60), as modalidades migratórias podem ser compreendidas via a redefinição das migrações e “[...] seus significados no contexto nacional e nas demais escalas regionais e locais, que desembocarão em modalidades e deslocamentos populacionais específicos dessas escalas e lugares.” Nesse sentido, procuraremos destacar como cada município pesquisado possui suas próprias especificidades no que se refere aos movimentos migratórios associados ao trabalho rural. Movimentos que não estão relacionados somente às redes migratórias, mas também ao papel desses espaços migratórios frente à divisão social e territorial do trabalho nos agronegócios da laranja e da cana de açúcar.

Destarte, a fim de tratar desta estreita relação entre os chamados agronegócios e o trabalho migrante em suas expressões atuais, dividimos o artigo em dois eixos centrais. No primeiro, realizamos uma reflexão acerca da rede urbana (CÔRREA, 2006) da RA Central com o intuito de discutir os principais condicionantes sócio históricos para a consolidação da região como lócus de desenvolvimento dos agronegócios, assim como o advento de espaços urbanos privilegiados (SASSEN, 1998), seja através de polos regionais, seja por meio de cidades do agronegócio. Nesse sentido, abordaremos também a formação das periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016) no contexto de espraiamento urbano das cidades analisadas.

No segundo eixo contemplaremos as características acerca do mercado de trabalho rural que, a partir de meados dos anos 2000, tem se reestruturado em função de novas dinâmicas produtivas, que hoje passam a combinar trabalho manual e mecanizado. Fruto destas transformações laborais, trazemos também dados que apontam para uma crescente formalização dos vínculos de trabalho nestes setores produtivos. Ademais, nesse sentido, daremos destaque à importância que a inserção em mercados de trabalho formais possui para trabalhadores e trabalhadoras rurais migrantes. Sem a intenção de esgotar os diversos significados dos quais estão investidas as migrações, traremos algumas percepções sobre o trabalho que são recorrentes nas visões de mundo dos trabalhadores migrantes, bem como sinalizaremos para o trabalho feminino e os papéis de gênero nos processos migratórios.

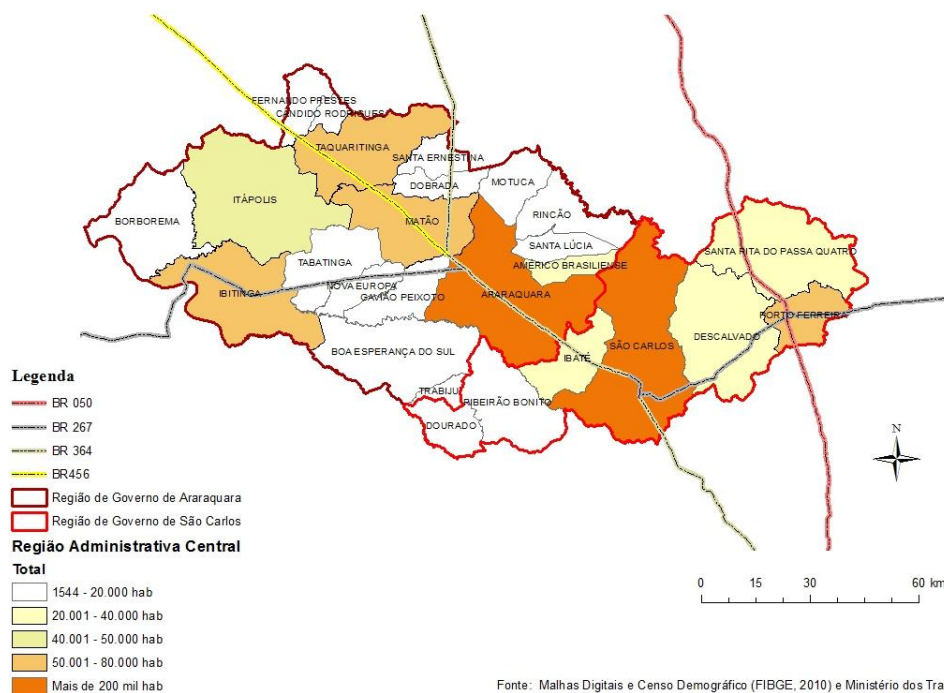
A formação dos agronegócios na Região Administrativa Central do estado de São Paulo

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

A Região Administrativa (RA) Central conta com 26 municípios e se subdivide nas regiões de governo de Araraquara e de São Carlos. Em 2010, ela possuía 952.269 habitantes (IBGE, 2010) dos quais 45,22% residiam nas cidades de Araraquara e de São Carlos (Figura 1).

A constituição de sua rede urbana foi fundamentada nos grandes ciclos de expansão econômica calcados na exportação de *commodities* agrícolas. No século 19, de acordo com Pacheco (1988) e Cano (2011), com a expansão da cafeicultura paulista foi constituída a malha ferroviária regional, bem como o surgimento e consolidação de importantes centros-urbanos, como Araraquara, São Carlos e Matão. Além disso, esse período se caracterizou pela formação de uma elite agrária local, descendente de imigrantes europeus, e muitas vezes responsável pela criação do quadro industrial dos municípios da região (ELIAS, 2003; PEREIRA; BAENINGER, 2016).

Figura 1 - Distribuição Populacional na Região Administrativa Central por municípios em 2010 e Malha Rodoviária.



Fonte: Pereira (2015, p. 21).

No século 20, mais precisamente em meados da década de 1980, as cidades da região vivenciaram a intensificação da modernização agrícola (MÜLLER, 1985; BAENINGER, 1995; ELIAS, 2003), responsável pela reestruturação da rede urbana (GONÇALVES, 1998;

CÔRREA, 2006), a qual passou a contar com uma nova dinâmica econômica, assentada tanto na criação de um polo tecnológico, como a cidade de São Carlos (MACIEL, 2013), um polo citrícola e industrial, como no caso do município de Araraquara (BAENINGER, 1998; PEREIRA, 2015), e Matão, que desponta como cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015)⁸.

Chamamos a atenção para o papel desempenhado pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), criado em 1975, que beneficiou sobremaneira a Região Administrativa Central, permitindo que essa se destacasse, assim como a Região Administrativa de Ribeirão Preto, como lócus preferencial dos investimentos vinculados à agroindústria da cana de açúcar, especialmente por ambas as regiões apresentarem uma tradição desta cultura agrícola (ELIAS, 2003; SANTOS, 2013). O programa constituiu-se como importante mecanismo de aceleração do desenvolvimento da produção sucroalcooleira e também incentivador desse mesmo modelo de desenvolvimento para o restante do país.

A citricultura brasileira, historicamente atrelada ao mercado consumidor norte-americano (NEVES et al., 2010) vivenciou nas décadas de 1960 e 1970 momentos de efervescência por meio da instalação de indústrias processadoras nas regiões de governo de Araraquara, de Bebedouro e de Barretos, mas também devido aos incentivos fiscais para a produção de commodities agrícolas (MARTINE, 1991). A primeira grande planta industrial de suco concentrado de laranja, com padrão tecnológico norte-americano, foi instalada em 1964 no município de Matão/SP (ELIAS, 2003).

Vis-à-vis a constituição de uma rede urbana funcional ao agronegócio, nota-se a expressividade e a manutenção, ao longo do tempo, de municípios com menos de 20 mil habitantes (BAENINGER, 1995; PEREIRA, 2015). Nesse contexto, as cidades de Dobrada, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, Rincão e Dourado, dentro da economia regional, podem ser caracterizadas como cidades dormitórios, desde o ponto de vista de suas inserções específicas na economia regional⁹.

⁸ Como aponta Pacheco (1988), esses municípios foram também economicamente beneficiados pela expansão do eixo primitivo da Companhia Paulista de Estrada de Ferro na região, a qual delinear a instalação de importantes rodovias paulistas e nacionais como a Rodovia Washington Luiz (BR 364/ BR 456), Anhanguera (BR 050) e Brigadeiro Faria Lima (BR 364), as quais são responsáveis pela ligação da rede de cidades analisadas à região do oeste paulista, centro-oeste brasileiro, ao eixo São Paulo-Porto de Santos e ao Estado de Minas Gerais.

⁹ No entanto, consideramos que a análise macroestrutural nem sempre contempla os desdobramentos do cotidiano dos sujeitos da migração, como podemos ilustrar no caso de Santa Lúcia. Ainda que esse município, de apenas 8.248 habitantes (IBGE, 2010) se caracterize como cidade-dormitório em relação às demais cidades de sua rede urbana, para os trabalhadores rurais migrantes que lá residem, não apenas se dorme, mas se tecem relações. Do ponto de vista da necessidade da mobilidade para o trabalho, deve-se ressaltar ainda que as terras da

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

De acordo com Cano (2011), os anos finais da década de 1990 se caracterizaram, assim como o início do século 21, pelos processos de reestruturação produtiva e internacionalização econômica, cenário que deu margem à intensificação da ação do capital internacional via Investimento Estrangeiro Direto (IED) e transferência de patrimônios empresariais.

Em relação ao agronegócio, conforme apontam Mazzali (2000), e Gras e Hernández (2013a, 2013b), teremos a flexibilização e terceirização do setor, proporcionada pela retomada da visão neoliberal aliada à crise fiscal e ao aumento da dívida externa, vivenciados por grande parte dos países latino-americanos. Surge, nesse período, um novo regime agroalimentar global baseado nas modificações da divisão global do trabalho agrícola.

Sob essa perspectiva, Gras e Hernández (2013a) destacam que o agronegócio deve ser atualmente compreendido como um modelo ou lógica de produção, atrelado às variações locais e globais, mas baseado em alguns elementos-chaves: **a.** transetorialidade, ou seja, na maior integração e valorização da cadeia de valor guiada pela verticalização (integração dos processos produtivos) e pela horizontalidade (atividades vistas como oportunidades de investimento do capital); **b.** priorização do mercado consumidor global; **c.** intensificação da atuação do capital nos processos produtivos; **d.** padronização das tecnologias utilizadas; **e.** *acapariamento* de terras¹⁰, ou seja, na concentração de terras para a produção em grande escala ou com fins de especulação, protagonizado, em geral, pelas grandes companhias globais.

Assim, com a intensificação das especializações produtivas e consequente limitação dos produtos exportáveis, assistimos regionalmente o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho das commodities agrícolas no campo local, regional, nacional e internacional (CANO, 2011; GRAS; HERNANDES, 2013a, 2013b).

A RA Central de São Paulo possui expoentes importantes das agroindústrias citrícolas e sucroalcooleiras. No caso das agroindústrias processadoras de suco de laranja concentrado, destacam-se a Citrosuco Paulista e a Cutrale S/A, líderes mundiais na extração de suco de laranja desde 1970, localizadas, respectivamente, nas cidades de Matão e Araraquara.

usina onde trabalham, com sede no município vizinho de Américo Brasiliense, praticamente invadem seus quintais, constituindo uma paisagem homogênea que envolve todo o município (SALATA, 2017a).

¹⁰ É primordial que se destaque a transmutação do valor social da terra. Se no momento de constituição dos complexos agroindustriais e avanço das fronteiras agrícolas, a terra era visualizada a partir do trabalho que legitimava sua posse (MARTINS, 1983), esta passa a ser vista por intermédio de sua renda (REYDON; PLATA, 1996), e hoje é encarada como ativo de capital e liquidez, com vistas à sua especulação (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, 2013b).

A região ainda apresenta muitas unidades produtoras de açúcar e álcool, ligadas a diferentes conglomerados empresariais nacionais e internacionais, como o Grupo Raízen (Usina na Serra, em Ibaté, e Usina Tamoio, localizada em Araraquara), Grupo São Martinho (Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense) e Grupo Ipiranga (Usina Copersucar, em Descalvado) além de unidades independentes menores, como a usina Santa Fé, localizada em Nova Europa, ou a usina Santa Rita, no município de Santa Rita do Passa Quatro, e a usina Bonfim em Dobrada.

Tendo este cenário como pano de fundo, pretendemos na sequência discutir as modificações dos movimentos migratórios presentes na região nas últimas décadas, bem como, as periferias migrantes formadas nas cidades de Santa Lúcia, Dobrada, São Carlos e Matão.

Migração, Migrações: periferias migrantes na RA Central

No que se refere à dinâmica migratória, segundo Maciel (2013), os processos migratórios que contemplaram a RA Central nos anos anteriores a 1970 se aprofundaram durante as décadas de 1980 e 2000. A migração interna passou a se apresentar, portanto, como um componente primordial na dinâmica populacional desta região (BAENINGER, 1995).

Assim, especialmente a partir da década de 1980, os municípios da região central do Estado de São Paulo passaram a receber um grande contingente de trabalhadores rurais, consolidando o mercado de trabalho rural, que tem no agronegócio canavieiro e citrícola suas expressões mais sólidas (DAWSEY, 2013; MENEZES, 2010; MELLO, 1976; OLIVEIRA, 1981; SILVA, 1999). Os principais fluxos direcionados para a região nesta década eram provenientes do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais e do Estado da Bahia (MENEZES, 2010; SILVA, 1999).

Já a década de 1990 apresentou uma mudança na cartografia migratória paulista (SILVA, 2008), momento a partir do qual um fluxo maior de trabalhadores vindos dos Estados do Meio-Norte, ou seja, do Maranhão e Piauí, além de Ceará, Paraíba, Pernambuco, passa a predominar sobre os fluxos migratórios das demais unidades federativas. Simultaneamente, para Baeninger (2012, p.85), no plano nacional “[...] o elemento que mais chama a atenção se refere à complementariedade migratória – como transferências de população do Nordeste para o Sudeste –, que parecia ter diminuído nos anos 80, mas volta a ser retomada nos 90 e se redesenha nos anos 2000” (BAENINGER, 2012, p.85). Nesse

panorama, visualizamos no século 21, como aponta a autora “mais áreas de rotatividade da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência” (BAENINGER, 2012, p. 86).

Nesse sentido, a rotatividade migratória se apresenta através da convivência de constantes entradas e saídas de população em uma determinada área, ou seja, a coexistência dos processos de emigração e imigração. Os quais possuem origem tanto em espaços urbanos não-metropolitanos, quanto em espaços rurais e até mesmo nos espaços de transição entre o rural e o urbano, ou seja, os bairros-rurais (SILVA; MELO; VERÇOSA, 2011) dos Estados do Maranhão e do Piauí.

A presença majoritária de trabalhadores rurais migrantes provindos do Maranhão, do Piauí, de Alagoas, do Paraná e de Pernambuco nas cidades analisadas, ocorre tanto em função do redirecionamento dos fluxos migratórias a partir dos anos 1990, quanto em função das redes sociais constituídas por amigos, parentes e conhecidos que direcionam e organizam esses deslocamentos. Desse modo, observamos particularidades em cada município.

Assim, enquanto em Santa Lúcia é notável a presença de trabalhadores oriundos das áreas rurais e povoados do município de Gonçalves Dias/MA, em Dobrada captamos a presença massiva de trabalhadores vindos de Vitória do Santo Antão/PB. Já em Matão, visualizamos a expressiva presença de trabalhadores provenientes de comunidades e bairros-rurais de Jaicós/PI e da cidade de Igaci/AL, e em São Carlos constatamos a predominância de trabalhadores provindos do noroeste do Paraná.

No caso dos trabalhadores da colheita da laranja, estas migrações ora apresentam-se como migrações “permanentemente temporárias” (SILVA, 1999), pois estão relacionadas às idas e vindas entre a cidade de Matão e os espaços rurais do estado do Piauí (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016), ora como ora como migrações “permanentes” consolidadas e associadas também ao trabalho rural manual da citricultura, como na cidade de São Carlos/SP, através dos paranaenses (MACIEL, 2013).

Já em Santa Lúcia – onde os deslocamentos desde os espaços rurais do Estado do Maranhão estiveram nos anos 2000 vinculados ao trabalho canavieiro – a combinação atual entre trabalho manual e a crescente mecanização da atividade da colheita tem produzido reconversões espaciais, com uma tendência à diminuição das contratações temporárias, que condicionava os trabalhadores a uma permanência também temporária na localidade, restrita aos chamados “meses da safra”, e condicionando os trabalhadores deste setor a um tempo de

permanência mais prolongado na localidade, em função do aumento de contratações por tempo indeterminado na atividade (SALATA, 2017a).

A região apresenta, portanto, uma combinação de diferentes fluxos e modalidades migratórias, imprimindo dinâmicas populacionais distintas aos municípios paulistas. Contudo, o fenômeno comum identificado nestes diferentes municípios diz respeito às suas configurações espaciais, com a formação de bairros periféricos que apresentam a tendência de concentração das residências “temporárias” ou “permanentes” da população migrante alocada no trabalho rural.

Em função da diminuição do número de trabalhadores contratados para o trabalho canavieiro, houve também uma drástica redução dos alojamentos existentes no interior das usinas. Baccarin e Camargo (2014) apontam que o número de trabalhadores canavieiros formalmente ocupados em empresas sucroalcooleiras de São Paulo reduziu-se em próximo de 84 mil entre 2007 e 2013, ou seja, uma diminuição de 47,1%. Assim, estes trabalhadores costumam residir atualmente em bairros periféricos das pequenas e médias cidades paulistas, seja através do aluguel de casas ou de pequenos cômodos via contratos informais, seja através da construção de casas de moradia próprias nas localidades paulistas.

A formação do que podemos denominar como periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016) em pequenas e médias cidades da região central ocorreu em um contexto de espraiamento urbano em meados da década de 1980 e de 1990. Nesse período, por exemplo, em Matão/SP formou-se o Jardim Popular, um dos principais bairros receptores da população migrante piauiense, e o Jardim Paraíso, que concentra os trabalhadores rurais alagoanos.

Ambos os bairros foram constituídos através de parcerias público-privadas, envolvendo o poder público municipal e estadual, bem como, a Citrosuco Paulista para o financiamento e construção de moradias. A criação desses bairros foi articulada aos projetos de “desfavelização” do município, já que era comum entre os anos de 1970 e 1990 encontrarmos cortiços ou moradias improvisadas em alguns pontos da cidade, as quais abrigavam, principalmente, trabalhadores rurais e urbanos associados à agroindústria citrícola e às metalúrgicas.

Nossa pesquisa de campo na cidade, realizada entre os anos de 2012 e 2013, concentrou-se no Jardim Popular e na Feira do Bosque, localizada no Jardim do Bosque, espaço de convivência privilegiado da população piauiense estudada. O Jardim Popular foi fundado em 1988, através da concessão e da venda de terras a preços módicos. Em um

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

primeiro momento, o bairro recebeu inúmeras famílias migrantes do Paraná, da Paraíba e de Minas Gerais, muitas das quais já haviam residido em outras cidades da RA Central. Atualmente, o Jardim Popular é conhecido em Matão como o *bairro dos Piauí*¹¹, por reunir grande parte das famílias e trabalhadores rurais oriundos do interior desse Estado, particularmente da cidade de Jaicós e seus arredores.

O estabelecimento da população migrante em bairros que se constituíram na conjuntura do prolongamento do espaço intra-urbano, ou seja, fora das áreas mais tradicionais, se fundamenta na diferenciação com os “antigos” moradores das cidades. A residência temporária desses trabalhadores costuma ser em cômodos ou em pequenas casas, espaços raramente guarnecidos de móveis e eletrodomésticos básicos ou até mesmo de boa infraestrutura. A cobrança pelo aluguel é realizada através de contratos informais e por “cabeça”, por “cômodo”, ou por “família” e variava, na época da pesquisa, entre R\$150,00 e R\$300,00. Destacamos também a concentração dessas residências nas ruas que contemplavam um fácil acesso à Rodovia Brigadeiro Faria Lima. Além disso, morar no Jardim do Bosque ou no Jardim Popular pareceu-nos uma forma de potencializar as redes de relações entre os trabalhadores e, assim, as possibilidades de contratação e obtenção de moradia, haja vista a existência da *Rodoviária dos Piauí* e uma rede migratória já fortemente consolidada (PEREIRA, 2015).

Já em Dobrada/SP, os bairros Vila Norberto e Jardim Santa Carolina se caracterizaram, ao longo do tempo, como locais preferenciais para residência de trabalhadores rurais vindos do Estado de Pernambuco. A cidade de Dobrada nos passa a impressão de estar imersa em um “mar de cana”, tendo seus limites urbanos e residenciais delimitados pelos canaviais pertencentes à Usina Bonfim.

Já na cidade de São Carlos, os bairros que integram a Grande Aracy (Cidade Aracy e Antenor Garcia) reúnem grande parte dos trabalhadores rurais vindos do Paraná em meados da década de 1980 e 1990 (MACIEL, 2013). Esse bairro se localiza próximo à Rodovia Washington Luís, sendo inclusive separado espacialmente da cidade de São Carlos por essa via.

Em Santa Lúcia/SP, os trabalhadores rurais concentram-se majoritariamente no bairro Nova Santa Lúcia, formado em meados da década de 1980. Entre os moradores do município, o Nova Santa Lúcia também é identificado como o “lugar dos maranhenses”, apesar de não

¹¹ Destacamos que, além das expressões em língua estrangeira, estamos utilizando as expressões e categorias nativas também em itálico em ao longo desse artigo.

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

ser local de moradia exclusivo desta população, abrigando também, ainda que em menor número, pessoas oriundas de outros Estados brasileiros, como Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e outros com origem na própria localidade, antigos moradores de áreas rurais ou mesmo de cidades próximas que ali foram adquirindo lotes.

A área onde hoje se localiza o bairro era de propriedade da família Estourani, que possuía uma usina de açúcar nas proximidades do município de Américo Brasiliense, localizado a sete quilômetros de Santa Lúcia. Esta foi adquirida no final dos anos de 1980 por Airton Garcia, proprietário à época de uma imobiliária, a Faixa Azul¹². Após a compra pela imobiliária, os lotes foram vendidos a preços baixíssimos e os compradores, que não tinham condições de construir imediatamente após a aquisição dos lotes, ocuparam-nos com moradias precárias. Isso gerou certo “mal-estar” com a administração municipal, que temia pela formação de uma “favela” na localidade.

Não havia luz elétrica, rede de esgoto, tampouco asfaltamento no local, e toda a infraestrutura necessária foi sendo construída pela prefeitura municipal ao longo de várias gestões, sendo concluída apenas entre os anos de 1997 e 2000. A falta de água, especialmente, foi motivo de muita agitação no local, já que os moradores promoviam “panelaços” e protestos, reivindicando da administração municipal a instalação do serviço (SALATA, 2017a).

A origem e o desenvolvimento deste bairro estiveram, assim, envoltos em interesses por vezes conflituosos de grandes proprietários de terra, especuladores imobiliários e a administração municipal. Segundo informações da prefeitura, o bairro conta hoje com uma média aproximada de 3.000 mil habitantes e os serviços de infraestrutura atendem 100% da população.

O bairro localiza-se entre a linha férrea que corta o município e a rodovia Aldo Lupo (SP 255), que dá acesso às cidades vizinhas de Araraquara, Rincão e Ribeirão Preto. Esta construção espacial é comum a diversos municípios, onde a linha férrea tende a ser um demarcador entre o centro e os bairros periféricos. Importante sinalizar, assim, que esses bairros se localizam majoritariamente próximos as vias de acesso as rodovias Brigadeiro Faria

¹² Interessante observar que Airton Garcia, candidato eleito a prefeito de São Carlos/SP nas últimas eleições municipais, também realizou um processo semelhante na cidade de São Carlos, na área onde hoje se situa o Cidade Aracy, bairro periférico que é local de moradia de muitos migrantes. Conforme Silva (2006), a formação do “Cidade Aracy” iniciou em meados da década de 1980, quando a família Pereira Lopes passou a comercializar lotes de sua fazenda. Em seguida, Airton Garcia, através da Faixa Azul, passou a doar terrenos na área, com a condição de que aqueles que o tomassem iniciassem imediatamente algum tipo de construção. Assim, após as doações, as famílias iniciaram a construção no local, que ainda não possuía nenhuma infraestrutura. Apenas após o período de 10 anos começaram a ser implantados serviços básicos no bairro.

Lima (em Matão), Washington Luís (em São Carlos) e Aldo Lupo (em Santa Lúcia) o que nos permite pensar nos usos estratégicos desses espaços até mesmo em relação à circulação diária desses trabalhadores nas fazendas.

No entanto, destacamos que a conformação destes bairros periféricos não é apenas reflexo das relações de poder que permeiam o espaço, sinônimos de uma inserção precária ou marginal desta população, mas reflete, *pari passu*, as próprias redes de relações sociais em que estão envolvidos os agentes para realização de seus deslocamentos (SALATA, 2017a, 2017b). Trata-se assim, de um processo de apropriação que carrega estes espaços com as marcas do vivido.

Tal apropriação, por certo, não se faz passando ao largo de relações de poder que permeiam o espaço, já que como pondera Villaça (2012), a segregação é um processo fundamental à dominação social, econômica e política realizada através do espaço. Tampouco, quando se trata de uma construção feita a partir de trajetórias e experiências de mobilidade espacial, ela está distante de redes de relações que são tecidas antes, durante e após os processos migratórios. Nos municípios pesquisados, consideramos que os elementos que levaram ao estabelecimento dos trabalhadores neste bairro específico constituem um imbricamento destas duas ordens de relações.

No próximo item nos deteremos na análise acerca da constituição do mercado de trabalho rural formal associado aos agronegócios da cana de açúcar e da laranja na região, trabalharemos com a análise dos vínculos empregatícios formais disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Entre pomares e canaviais: os trabalhadores rurais migrantes da cana de açúcar e da laranja

Neste artigo, estamos tratando de uma grande heterogeneidade de homens e mulheres que, na literatura em geral, foram descritos como “trabalhadores sazonais”, “migrantes temporários”, “trabalhadores permanentemente temporários”, ou “trabalhadores-camponeses-migrantes”. Utilizamos aqui a categoria de trabalhador rural migrante de modo operacional, ou seja, estamos nos referindo a uma categoria que não é homogênea. São homens e mulheres que, nos espaços rurais paulistas, empregam-se majoritariamente no trabalho agrícola das grandes cadeias produtivas, possuindo, em suas trajetórias de vida, inúmeros deslocamentos

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

entre estados, regiões brasileiras e espaços sociais¹³. Nos limites de nossa pesquisa, possuem inserções ocupacionais e profissionais na colheita da laranja, no corte da cana de açúcar, como tratoristas ou operadores de máquinas agrícolas, ou mesmo executando outras funções de suporte ao processo de colheita mecanizado dos agronegócios citrícola e sucroalcooleiro.

Nas últimas três décadas, assistimos uma intensificação da tendência de formalização do trabalho rural, particularmente, no que se relaciona à produção de commodities no território latino-americano¹⁴. Esta tendência também pode ser verificada para os mercados de trabalho canavieiro e citrícola brasileiros na RA Central do Estado de São Paulo. Com o objetivo de caracterizarmos como tem se dado a inserção dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho rural agrícola, trabalharemos com as informações disponibilizadas anualmente pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁵.

No que tange ao trabalho nas usinas, conforme já apontado, as mudanças nos padrões de contratação da força de trabalho são caracterizadas pela diminuição dos chamados “contratos de safra” e o conseqüente aumento dos contratos por tempo indeterminado, o que reorganiza o tempo de permanência dos trabalhadores migrantes nas cidades paulistas, além do aumento da formalidade do trabalho.

Tal processo relaciona-se à diminuição de trabalhadores contratados, além de alguns conhecidos arranjos institucionais, especialmente ao Pacto Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar. Alguns pontos de discussão deste Pacto Nacional objetivavam eliminar a figura dos conhecidos gatos, e promover a contratação direta da força de trabalho pelas usinas. Tal cenário parece estar em consonância com nossos achados de pesquisas realizadas em Matão, São Carlos, Dobrada e Santa Lúcia, através dos quais identificamos o predomínio de contratos formais de trabalho realizados diretamente com as empresas entre nossos entrevistados¹⁶.

Existe, entre estes trabalhadores, uma dimensão de valorização atribuída ao trabalho realizado em *São Paulo*. Ainda que pelos caminhos contraditórios do trabalho assalariado em mercados historicamente marcados por irregularidades, precariedade e altos padrões de

¹³ Encontramos também trabalhadores que podem ser caracterizados como rurais e urbanos, pois moram nas cidades e se empregam no campo, e nas entressafras, ocupam-se em atividades urbanas e industriais; ou trabalhadores que vivem no campo e empregam-se, de forma temporária em atividades urbanas. Há uma mobilidade e uma troca constante de funções ao longo da vida destes trabalhadores.

¹⁴ Ver *Asalariados rurales en América Latina* (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

¹⁵ Os subgrupos de ocupação se apresentam como proxy das categorias ocupacionais estudadas (PEREIRA, 2015).

¹⁶ Realizamos um total de 82 entrevistas nos municípios analisados.

exploração da força de trabalho, estes trabalhadores buscam uma melhoria de vida e o acesso a direitos.

As dificuldades em se garantir rendimentos fixos ao longo do ano em seus locais de partida – através do trabalho em terra familiar, da parceria ou do arrendamento – são sempre apontadas como motivação para as primeiras *saídas* e a garantia de direitos trabalhistas apresenta-se como mais um motivador para a efetivação dos deslocamentos. Desse modo, a migração, quando vinculada ao mercado de trabalho informal nem sempre é visualizada como positiva.

Entre os trabalhadores da colheita da laranja, o direito trabalhista mais ressaltado nos discursos dos trabalhadores rurais entrevistados dizia respeito ao seguro-desemprego, o qual reorganiza o tempo de estadia no interior paulista, bem como, permite a reprodução e produção familiar. A narrativa abaixo nos reforça a importância do seguro-desemprego no momento da tomada de decisão sobre a migração,

*Meu irmão me ligou e disse: Ana, você não quer vir pra Matão pra trabalhar na laranja e conseguir o seguro-desemprego? E minha mãe já tinha trabalhado em São Paulo e pegado o seguro-desemprego, minha mãe e meu pai falavam muito que pegar o seguro-desemprego era uma das melhores coisas porque era um dinheiro, né? **Que a gente tinha direito.** Seguro-desemprego e tudo. Ai eu digo: meu sonho é pegar esse seguro! Então eu vou. (Entrevista realizada em Matão/SP, no dia 13/07/2013, grifo nosso).*

O acesso a tais direitos figura, no interior dos projetos migratórios, como formas possíveis de afastamento dos esquemas de dominação tradicionais presentes em suas localidades de origem e compõe uma das muitas estratégias adotadas para a viabilização da reprodução de seu grupo familiar, ora nas periferias migrantes no interior paulista, ora nos espaços rurais dos estados do Piauí e do Maranhão.

Ah, aqui é melhor. Assim, você lá nunca podia planejar nada contando com o dinheiro de lá porque não era trabalho fixo, com carteira assinada, essas coisas, não tinha certeza de nada. Lá você trabalha na terra dos outros, só trabalha naquilo que é dos outros, não naquilo que é seu. Ai então, vou pra lá e trabalhar nas terras dos outros? Vou ter que pagar renda, pagar tudo, então aqui não, o que eu ganho durante o mês eu ganho limpo. (Entrevista realizada em Santa Lúcia, março de 2015).

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

Estes *outros* ao qual o trabalhador canavieiro entrevistado se refere são os proprietários locais, na região de Gonçalves Dias (MA), que controlam a oferta de trabalho e o acesso à terra. Realizado por meio da parceria e do arrendamento, o trabalho nas *terras dos outros* é visto como fonte de instabilidade. Em oposição, o *ganho limpo* propicia, a um só tempo, o acesso aos direitos, através da carteira assinada, e a uma perspectiva, ainda que tímida, de projeção de futuro, permitindo *planejar*.

Em somatória, a capitalização das relações no campo conjugada à influência do rendimento da produção a fatores climáticos, bem como, as buscas pelo acesso a novos bens de consumo ocasionam uma redefinição da percepção dos trabalhos realizados na *roça* da comunidade rural do local de origem, e na *roça* paulista:

Na roça lá [Piauí] você trabalha pra si, se Deus der inverno, a gente ganha. Se não der, a gente perde todo o trabalho. (...) Lá é outro sistema, porque, assim, se eu planto feijão, milho, se Deus não der inverno [período de chuvas], nós já perde o trabalho. Então trabalhar de roça, ninguém vai. Porque o tanto de safra que nós já perdemos, trabalhando, aquele tempo todo, sem ganha nada né? Pra gente viver, hoje em dia, eu vivia de vender uma galinhazinha, um porquinho, né? Ovo da galinha, pra fazer aquela feirinha pra semana né? (...) Ai tinha que pagar um frete pro carro passar lá na casa, trinta reais. Ai fica tudo difícil, é por isso que o povo num que mais, eles têm razão. (...) Aqui não, aqui é tudo diferente, aqui tudo que você faz [na roça] você tem seu dinheirinho. E lá não, lá só tem se Deus der inverno, se não der. (Entrevista realizada em Matão/SP, no dia 13/07/2013).

Nesse contexto percebemos que o trabalho no roçado se diferencia do trabalho no rural paulista. No Piauí, o indivíduo trabalha, muitas vezes, para si mesmo, mas tem sua atividade condicionada ao clima, ou seja, a ocorrência de um *bom inverno*, ou seja, de um período favorável de chuvas para o plantio e cultivo. Além disso, a comercialização da produção é feita através de um capital inicial pago aos atravessadores que levam as mercadorias até a feira, conforme observamos em Jaicós/PI, e para outras feiras da região. Para a entrevistada, o trabalho rural assalariado se apresenta de forma diferente, para ela *é outra vida*, não é trabalho *perdido*, já que é remunerado, pois há de certa forma uma *garantia* de pagamento pelo trabalho realizado.

Pela Tabela 1, observamos os vínculos ativos dos trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas (cana de açúcar), da fruticultura (laranja) e da mecanização agrícola (operadores de máquinas agrícolas) na RA Central entre 2010 e 2015. Notamos a diminuição do número de vínculos dos trabalhadores da cana de açúcar que passa de 4.682 em 2010 para 2.120 em 2015, enquanto os trabalhadores da citricultura apresentaram uma pequena variação em

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

termos de volume que variaram da casa dos 6 mil até 12 mil vínculos empregatícios. Já os trabalhadores da mecanização apresentaram um crescimento, ao analisar 2010 e 2015, de 4,05% *a.a.*

Tabela 1 - Vínculos ativos por subgrupo de ocupação selecionadas na Região Administrativa Central, 2010-2015

Subgrupo de Ocupação (CBO 2002)	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	4.682	5.484	3.749	3.050	2.439	2.120
Trabalhadores agrícolas na fruticultura	6.387	11.236	12.661	9.196	8.052	11.498
Trabalhadores da mecanização agropecuária	4.030	4.379	5.057	5.395	4.992	5.114
Total	15.099	21.099	21.467	17.641	15.483	18.732

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Conforme podemos observar pela tabela, o número de trabalhadores da mecanização cresceu, ao passo que o de trabalhadores agrícolas reduziu-se durante o período analisado. As trocas e remanejamentos de funções são hoje uma constante no cotidiano de trabalho das usinas, e existe uma seleção daqueles que eram considerados pelas usinas como “produtivos” no corte da cana, para que se sejam realocados, em número menor, nas funções decorrentes do processo agora mecanizado.

No que tange ao trabalho na citricultura, a etapa da colheita ainda é realizada essencialmente de forma manual. O ganho por produção, assim como no caso da cana, gera um ambiente de competitividade, no qual os próprios trabalhadores passam a fiscalizar sua produção e a de seus colegas de turma. São utilizadas categorias pejorativas para classificarem os maus colhedores, *os aranhas*, enquanto os melhores colhedores são os *pais e mães da turma*, e costumam colher cerca de dez *big bags*¹⁷, ou seja, de 100 a 150 caixas de laranja.

Faz-se importante, contudo, salientar que o aumento de formalidade nestes setores, via contratação direta pelas empresas, está longe de eliminar outras formas de inserção precárias, velhas conhecidas no trabalho agrícola. Especialmente para aqueles que não logram se manter na atividade canavieira por meio de vínculos empregatícios diretos com as usinas, o trabalho passa a ser realizado por meio das empreiteiras de mão de obra nas fazendas produtoras de cana, que são fornecedoras das usinas. Desse modo, o aumento na contratação direta não elimina as práticas das empreiteiras e as irregularidades que muitas vezes acompanham este

¹⁷ Os *big bags*, também conhecidos como “sacolão”, são grandes bolsas nas quais os trabalhadores depositam sua colheita. Cada *big bag* corresponde em média a 20 caixas de laranja.

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

processo, como o trabalho sem carteira assinada, o desrespeito ao tempo de descanso necessário, e outros direitos vinculados à contratação formal.

Ademais, quando tratamos do trabalho nestes setores, é importante destacar as configurações a respeito da divisão social e os papéis de gênero, o que nos remetem tanto ao mercado de trabalho, quanto à participação feminina nos deslocamentos e projetos migratórios. Destacamos que as atividades relacionadas à colheita, tanto da laranja quanto da cana de açúcar, por demandarem um trabalho percebido socialmente como “mais arriscado e pesado”, costumam ser atribuídas preferencialmente aos homens.

Desse modo, o corte de cana é historicamente protagonizado por homens e, da mesma forma, a colheita “em cima da escada” da laranja. Já as atividades de “catar”, realizadas pelas mulheres “no pé do pomar” correlacionam-se ao trabalho feminino, em razão da “destreza” e do “cuidado”, qualidades socialmente atribuídas ao trabalho feminino. Conquanto, cabe também destacarmos que as atividades de “colher” são valorizadas socialmente, enquanto o ato de “catar” possui uma alta carga pejorativa. Interessante observar, assim, que as divisões entre funções realizadas “acima” ou “abaixo” nos pomares nos permitem fazer uma analogia com as hierarquias sociais de gênero.

A Tabela 2 nos traz as informações acerca da razão de sexo dos vínculos, ou seja, do número de vínculos masculinos para cada vínculo feminino. Notamos que no caso da cana de açúcar, ao longo do período, encontramos de 5 a 3 vínculos a cada um feminino, enquanto que na laranja a razão fica entre 1 e 2 vínculos, o que demonstra uma maior inserção das mulheres nesse ramo. Já no que se refere aos trabalhadores da mecanização, apesar da diminuição da razão no período, que passou de 82,93 vínculos masculinos a cada vínculo feminino em 2010 para 30,57 em 2015, notamos a configuração de um mercado essencialmente masculino.

Tabela 2 - Razão de Sexo dos vínculos ativos por subgrupo de ocupação selecionadas na Região Administrativa Central, 2010-2015

Ano	Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	Trabalhadores agrícolas na fruticultura	Trabalhadores agrícolas da mecanização agropecuária
2010	5,42	1,42	82,96
2011	5,13	1,40	53,74
2012	3,81	1,54	34,36
2013	3,90	1,69	27,70
2014	4,33	1,76	25,98
2015	5,31	2,27	30,57

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

De acordo com os dados acima, identificamos que com as transformações ocorridas no mercado de trabalho sucroalcooleiro, este passa a empregar cada vez mais o trabalho masculino. No município de Santa Lúcia, não encontramos mulheres nem mesmo em funções consideradas femininas no processo produtivo da cana, como as “bituqueiras” ou “catadoras de pedras”, identificadas na pesquisa de Silva, Melo e Verçosa (2011).

O processo mecanizado privilegia o emprego de homens, já que o manejo de maquinários é percebido como atividade preferencialmente masculina. Assim, os trabalhadores da logística, tratoristas, operadores de colheitadeira e os “rastelistas”, que desempenham a função atribuída às “bituqueiras” (a de recolha dos restos da cana após a colheita mecanizada), assim como o plantio e aplicação de agrotóxicos também são realizados em sua maioria por homens. As mulheres entrevistadas no município de Santa Lúcia, após serem demitidas ou não encontrarem trabalho nas usinas, são contratadas pelas empreiteiras locais, seja para o corte de cana manual em fazendas fornecedoras, seja para a colheita da laranja.

Contudo, o protagonismo masculino na composição do mercado de trabalho rural do agronegócio regional não anula a importância das mulheres na construção dos deslocamentos familiares ou individuais dos trabalhadores estudados. A rede de relações sociais construída e acionada e a gestão e a organização do projeto migratório, muitas vezes, são encabeçadas pelas trabalhadoras rurais. Assim, o papel feminino no contexto migratório extrapola a figura de “acompanhante do marido”. Por fim, acrescentaríamos ainda que identificamos também a presença de mulheres que migram sozinhas, visto que em suas localidades de partida passaram, após a separação dos antigos cônjuges, a desempenhar o papel de “chefes de família”. Além de suprir as necessidades materiais, a passagem pelo mercado de trabalho evoca, nas narrativas destas mulheres, a fuga da *dependência* e da *humilhação*, personificadas, ao longo de suas trajetórias de vida, em figuras masculinas (MACIEL; PEREIRA, 2016; SALATA, 2017a).

Considerações Finais

A despeito de certa predominância da migração internacional nos estudos migratórios recentes, as reflexões apresentadas no interior deste artigo buscaram desvelar que os deslocamentos internos de estados da região Nordeste foram e continuam sendo parte significativa das dinâmicas econômica e populacional, e do tecido social dos municípios

O trabalho rural migrante no agronegócio citrícola e canavieiro: um olhar a partir da região administrativa central do Estado de São Paulo

paulistas localizados na Região Administrativa Central, universo empírico privilegiado de nosso olhar.

Verificamos, nos municípios analisados, diferentes fluxos e modalidades migratórias vinculadas ao trabalho nos agronegócios. Nas periferias migrantes das cidades paulistas, formadas em fins da década de 1980 com base em parcerias público-privadas, temos a ilustração espacial do processo de convivência de distintos processos migratórios associados aos trabalhos rurais da cana de açúcar e da laranja nos últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, esses espaços se apresentam como privilegiados por potencializarem e fortalecerem as redes migratórias.

Destacamos ainda que houve uma sensível formalização nas relações e contratos de trabalho na última década. Não obstante, vale salientarmos que se a procura de uma vida melhor através do trabalho com carteira assinada, que possibilita relativa estabilidade e acesso a direitos, é parte da reprodução social e dos projetos de melhoria de vida destes trabalhadores, seja como moradores nas periferias paulistas, seja na terra natal, as propostas atuais de reforma trabalhista, que pretendem alterar a remuneração e a jornada de trabalho no campo¹⁸, e a aprovação da terceirização de todas as atividades-fim das empresas, tem impacto extremamente negativo, especialmente para os trabalhadores rurais.

O fenômeno da terceirização, se pode ser considerado relativamente novo no ambiente urbano, é parte constitutiva da própria formação da categoria de trabalhadores assalariados rurais, especialmente quando pensamos no trabalho temporário realizado por meio das empreiteiras de mão de obra, os conhecidos “gatos”. Deste modo, a tímida melhoria percebida na última década, com o aumento da contratação direta de trabalhadores pelas usinas, pode ser rapidamente revertida através do desmonte das leis que regulam o trabalho rural. Ademais, as lutas desta categoria muitas vezes foram menos para fazer ampliar direitos, do que para colocar em prática aqueles já existentes na legislação, e que têm sido continuamente desrespeitados pelas grandes cadeias produtoras do agronegócio citrícola e canavieiro.

THE RURAL MIGRANT LABOR IN THE AGRIBUSINESS OF CITRUS FIELDS AND SUGAR CANE FIELDS: A VIEWPOINT OF THE CENTRAL ADMINISTRATIVE REGION OF THE SAO PAULO STATE

ABSTRACT: *The present article has as main objective to discuss the recent dynamics of rural migrant work linked to citrus and sugarcane complexes. The empirical universe of our*

¹⁸ Projeto de Lei 6442/2016 (BRASIL, 2016), de autoria de Nilson Leitão (PSDB-MT), prevê remuneração de qualquer espécie, jornadas de trabalho de até 12 horas e fim do descanso semanal para trabalhadores rurais.

analysis are municipalities of the Central Administrative Region of the State of São Paulo, considering that the rural and urban spaces of this region have their social, economic and population dynamics closely linked to the migratory processes and the productive chains of the so-called agribusiness. This article points out to the coexistence of different migratory flows and modalities in the region, as well to a similar space configuration in the cities surveyed, through the formation of "migrant peripheries". We also point to a sensitive formalization in the last decade of the ties in the citrus and sugarcane labor market, also analyzing this scenario from the immigrant workers' point of view, and the meanings attributed by them to this process.

Keywords: *Migrant Rural Workers. Internal Migration. Central Administrative Region.*

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/faces_migracao/Fases_e_faces_da_migracao_em_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15, n.2, 1998.
- BAENINGER, R. **Região administrativa central**: região de governo de Araraquara e região de governo de São Carlos. Campinas: Nepo/Unicamp, 1995. (Textos NEPO 31: Migração em São Paulo, 7). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_31.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. AP. L. Avanço recente na mecanização canavieira e efeitos na ocupação sucroalcooleira no estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2014.
- BALÁN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórico-comparativa: Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BRASIL. Projeto de Lei n.6.442 de 2016. Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2A47F32BF2AE2749145570964E90D39E.proposicoesWebExterno1?codteor=1505778&filename=PL+6442/2016>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para discussão**, Campinas, n.193, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3106&tp=a>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAWSEY, J. C. **De que riem os boias-frias?:** Diários de antropologia e teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva:** ensaio sobre a formação urbana paulista. 339f. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). **El agro como negocio:** producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013a. p.17-46.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). **El agro como negocio:** producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013b. p.49-66.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na lavoura canavieira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico de 2010**. Banco de dados agregados. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano:** processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central do Estado de São Paulo. 2016. 308f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305067/1/Maciel_LidianeMaria_D.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida:** arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MACIEL, L. M.; PEREIRA, G. G. **A face feminina na migração permanentemente temporária no Estado de São Paulo:** o caso das trabalhadoras rurais da citricultura. São Paulo: Travessia, 2016.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.23, p.7-37, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000. (Coleção Prismas).

MELLO, M. C. D. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

MENEZES, M. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do nordeste. In: DE GODOI, E.P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R.A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010. v.1: Estratégias de reprodução social. p.269-288.

MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, 1985.

NEVES, M. F. et al. **O retrato da citricultura brasileira**. Ribeirão Preto: Markestrat, 2010.

OLIVEIRA, M.C.F.A. **A produção da vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura**. 1981. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. v.1.

PACHECO, C. A. **Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização da região de Araraquara e São Carlos 1880/1930**. 1988. 223f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279752/1/Pereira_GiovanaGoncalves_M.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PEREIRA, G.G.; BAENINGER, R. Periferias migrantes: trabalhadores rurais migrantes do agronegócio citrícola em São Paulo (Brasil). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 8., 2016, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2016.

PÓVOA-NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2005 .

REYDON, B. P.; PLATA, R. E. A. La intervención em el mercado de tierras: posibilidades y limitaciones. In: REYDON, B. P.; RAMOS, P. (Org.). **Mercado y políticas de tierras**. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 25-72.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideo: Doble clic, 2015. Disponible en: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20151229035324/AsalariadosRuralesEnAmericaLatina.pdf>>. Acceso en: 27 nov. 2017.

SALATA, R. **Deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia**: trajetórias de mobilidade em Santa Lúcia/SP. 2017. 226f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017a.

Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151227/salata_r_dr_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SALATA, R. O trabalho em São Paulo e as terras dos outros: mobilidades e autonomia entre trabalhadores-migrantes. **RURIS**: Revista do Centro de Estudos Rurais - Unicamp, Campinas, v.11, n.1, p.151-180, mar. 2017b. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2910/2214>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SANTOS, A. P. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil**: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP. 2013. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280877/1/Santos_AdrianoPereira_D.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, V. F. da. **Migração e redes sociais**: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS**: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3, n.2, p.1-31, abr./ago. 2008. Disponível em:

<<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M.; MELO, B.; VERÇOSA, L. V. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: a permanência do intolerável. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil**. Brasília: CPT Nacional, 2011. p.90-99.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980. p.211-244. Tomo I.

STOLCKE, V. **Cafecultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRUZI, O. **Café e indústrias**: São Carlos 1850-1950. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

